



RELATÓRIO SEMESTRAL MARÇO 2014

EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(Alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007)

C. M. CASTELO DE PAIVA
PRESENTE NA REUNIÃO DE 2014/09/11
DELIBERAÇÃO
A C.M. tomou conhecimento
do presente relatório. A
A. Municipal para conhecimento.
<i>[Signature]</i>

A. M. CASTELO DE PAIVA
PRESENTE NA REUNIÃO DE 2009/14
DELIBERAÇÃO
A A.M. tomou
conhecimento
<i>[Signature]</i>

6
Amf
tr

INDÍCE

1	INTRODUÇÃO	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	3
2.1	BALANÇOS	3
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	6
2.2.1	PROVEITOS	8
2.2.2	CUSTOS	10
2.2.3	RESULTADOS	11
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA	12
2.4	INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO....	14
3	CONCLUSÃO	17

Am
ff
P
H

1 INTRODUÇÃO

Como está previsto nas disposições transitórias do n.º 86 da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2014, continua a aplicar-se aos contratos de saneamento existentes a Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro e o Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012 de 19 de Junho.

Assim, o presente relatório pretende dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007 ao procurar traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento do Município de Castelo de Paiva.

A 27 de Setembro de 2010, o Executivo Municipal apreciou e aprovou o Estudo relativo à situação financeira e respectivo Plano de Saneamento Financeiro (PSF), bem como a contracção de financiamento bancário para o efeito, que veio a obter a necessária aprovação por parte da Assembleia Municipal a 28 de Outubro de 2010. O financiamento da operação, no total de 9.600.000 Euros, foi contratualizado à Caixa Geral de Depósitos (4.800.000 Euros) e Millennium BCP (4.800.000 Euros) tendo sido utilizados, apenas, 8.600.000 Euros (CGD - 3.800.000 Euros; Millennium BCP: 4.800.000 Euros). O necessário visto do Tribunal de Contas foi obtido a 04/03/2011.

Importa, porém, referir que o trabalho de análise ao cumprimento do plano de saneamento financeiro se afigura, neste momento, deveras complicado, já que, temos de um lado valores e saldos reportados a 31/12/2014 (os constantes do Balanço do PSF) e do outro, dados que têm por referência o balancete de 31/3/2014. Por outro lado, para efeitos de comparabilidade, não temos demonstrações financeiras consistentes à data de 31/3/2013.

Esta análise de comparabilidade dos efeitos das medidas de saneamento é, por isso, ainda limitada devido ao facto de a mesma ser feita a uma parcela do ano económico. Assim, pensamos que só no final de 2014 será possível efectuar verdadeiras comparações em relação ao PSF.

Deste modo, vamos tentar ultrapassar alguns daqueles constrangimentos, de modo a não pôr em causa a comparabilidade dos valores constantes dos mapas que iremos apresentar.

2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económicos e financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e comparabilidade com o PSF e os desvios eventualmente verificados.

2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Porém, esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). Não faz sentido a comparação de um Balanço no final de 2014, incluído no PSF, com um Balanço extraído dos dados a 31 de Março (reais). Desta forma, como foi referido anteriormente, entendemos que alguma comparação adicional poderá ser efectuada no relatório anual de 2014, quando já estiverem disponíveis Demonstrações Financeiras reais de final do mesmo ano. No presente relatório, apenas evidenciaremos os valores relevantes, a título informativo, do Balanço elaborado com base no balancete real a 31/3/2014 face ao Balanço do PSF em 2014 (final do ano).

Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Mapa 1
BALANÇOS

	Previsão PSF 2011	Real 2011	% Desvio	Previsão PSF 2012	Real 2012	% Desvio	Previsão PSF 2013	Real 2013	% Desvio	Previsão PSF 2014	Real 3/2014	% Desvio	Notas
ACTIVO													
Imobilizado bruto	33.207,965	40.400,640	22	36.461,140	41.124,218	13	39.113,925	43.067,505	10	41.136,839	43.252,634	5	
Bens de dominio publico	3.009.590	6.380.362	112	3.009.590	6.387.827	112	3.009.590	6.391.703	112	3.009.590	6.391.703	112	
Im.Incor.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Im. Corp.	19.833.888	30.543.133	54	23.087.063	31.148.357	35	25.739.849	31.910.688	24	27.762.762	31.959.346	15	
Inves.finan.	312.754	312.754	0	312.754	312.754	0	312.754	343.782	10	312.754	374.808	20	
Imob. curso	10.051.733	3.164.392	-69	10.051.733	3.275.280	-67	10.051.733	4.421.332	-56	10.051.733	4.526.777	-55	
Amortiza.acumula.	5.750.641	6.305.158	10	6.872.271	7.398.307	8	8.121.541	8.504.849	5	9.466.956	8.841.203	-7	
Existencias	172.304	146.655	-15	174.027	131.789	-24	175.768	125.942	-28	177.525	197.158	11	
Matérias-primas	172.304	146.655	-15	174.027	131.789	-24	175.768	125.942	-28	177.525	197.158	11	a)
Mercadori.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Outros	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Prov.p/dep. exist.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Div. terço, M/L prazo	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Div. terço, curto pz	125.543	277.413	121	127.596	220.865	73	129.689	220.035	70	131.823	193.453	47	
Clientes	125.543	165.055	31	127.596	121.124	-5	129.689	151.222	17	131.823	134.506	2	
Outros	0	112.358	-	0	99.741	-	0	68.813	-	0	58.947	-	
Prov. p/cobr. div.	0	46.193	-	0	52.204	-	0	59.592	-	0	59.592	-	
Disponibilidades	1.798.411	1.725.911	-4	1.658.188	1.848.285	11	1.828.954	2.185.138	19	2.051.288	2.487.140	21	
Acrec. diferim.	159.155	408.011	156	159.155	369.477	132	159.155	269.738	69	159.155	33.857	-79	
TOTAL ACTIVO	29.712.737	36.607.279	23	31.707.835	36.244.123	14	33.285.950	37.303.917	12	34.189.674	37.263.447	9	
PASSIVO													
Provisões p/riscos enc.	0	1.051.802	-	0	858.127	-	0	945.526	-	0	945.526	-	
Dividas 3º M/L prazo	14.976.382	12.973.657	-13	14.103.055	11.859.218	-16	13.340.907	12.186.491	-9	11.864.107	12.186.491	3	
Div. inst.credito	14.883.905	12.973.657	-13	14.028.419	11.859.218	-15	13.284.057	12.186.491	-8	11.818.532	12.186.491	3	
Div. Forn. Imob.	92.477	0	-100	74.636	0	-100	56.850	0	-100	45.575	0	-100	
O. dividas	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Dividas 3º Curto pz	551.565	2.376.390	331	556.152	1.324.713	138	563.323	683.666	21	571.238	884.658	55	
Div. inst.credito	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Fornecedores	242.080	706.310	192	244.501	221.809	-9	246.946	123.807	-50	249.415	216.861	-13	
E.E.P	51.397	29.948	-42	53.447	28.679	-46	58.055	54.926	-5	63.382	37.956	-40	
O. dividas	258.088	1.640.131	535	258.204	1.074.226	316	258.322	504.933	95	258.441	629.841	144	
Acréscimos custos	827.881	594.330	-28	827.881	596.247	-28	827.881	606.580	-27	827.881	354.000	-57	
Provetos Diferidos	9.124.877	8.186.249	-10	10.196.569	8.392.565	-18	10.712.028	8.534.781	-20	10.734.486	8.527.662	-21	
TOTAL PASSIVO	25.480.705	25.182.429	-1	25.683.657	23.030.869	-10	25.444.139	22.957.044	-10	23.997.712	22.898.337	-5	
FUNDOS PRÓPRIOS													
Património	13.550.444	13.550.444	0	13.550.444	13.550.444	0	13.550.444	14.544.844	7	13.550.444	14.544.844	7	
Reservas	906.676	942.573	4	906.676	968.073	7	906.676	1.020.410	13	906.676	1.020.410	13	
Resultados Trans.	-12.014.168	-2.632.280	-78	-10.225.089	-2.352.000	-77	-8.432.942	-1.353.726	-84	-6.615.309	-1.218.381	-82	
Resultados Liq.	1.783.079	-435.888	-124	1.792.146	1.046.736	-42	1.817.633	135.345	-93	2.350.150	18.237	-99	
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	4.232.032	11.424.850	170	6.024.178	13.213.254	119	7.841.811	14.346.873	83	10.191.962	14.365.110	41	
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	29.712.737	36.607.279	23	31.707.835	36.244.123	14	33.285.950	37.303.917	12	34.189.674	37.263.447	9	

Notas:

a) Foi incluído o saldo da conta Compras no valor de 71.215,48 Euros.

No que diz respeito ao **Activo**, se compararmos os valores reais do Imobilizado bruto de Março de 2014 e do final de 2013, constata-se que o **Município investiu, aproximadamente, 185.129 Euros** em três meses, tendencialmente abaixo do previsto no PSF, no mesmo período.

Ao nível das outras rubricas mais relevantes verifica-se que o valor das **disponibilidades** é mais do que suficiente, neste momento, para pagar a totalidade das **dívidas de curto prazo**, o que traduz a política de rigor financeiro do Executivo. Isto é, existe um **fundo de maneo positivo**. As **dívidas de curto prazo** existentes neste momento dizem respeito, essencialmente, a operações de tesouraria (276.686,82 Euros) e a dívidas que estão em contencioso (no valor de 301.130,76 Euros). De destacar que o Município apresenta um prazo médio de pagamento a fornecedores de 29 dias em linha com a previsão do PSF.

Ao nível do **Passivo de MLP** verifica-se que o valor das dívidas em Março de 2014 é superior ao valor previsto no PSF para o final de 2014. Esta evolução decorre de diversos efeitos conjugados:

- não utilização da totalidade do empréstimo de saneamento financeiro previsto (1.000.000 Euros a menos da CGD);
- valor das prestações contratuais vincendas (que deverão ser pagas até ao final de 2014).

Importa referir que continua a existir uma provisão para processos judiciais em curso, não prevista no PSF, no valor de 945.525,94 Euros.

A matéria relativa à análise, quer aos resultados líquidos quer aos meios libertos, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2014.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Refira-se que estamos perante **valores reportados a períodos temporais diferentes**, o que dificulta a análise a efectuar a este nível.

Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Mapa 2
Demonstração de Resultados

	Previsão PSF 2011	Real 2011	% desv.	Previsão PSF 2012	Real 2012	% desv.	Previsão PSF 2013	Real 2013	% desv.	Previsão PSF 3/2014	Real 3/2014	% desv.	Notas
Vendas	506.035	627.849	24	518.763	362.580	-30	531.809	345.731	-35	136.296	46.669	-66	
Produtos	506.035	627.849	24	518.763	362.580	-30	531.809	345.731	-35	136.296	46.669	-66	
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Prestação serviços	350.888	368.149	5	354.397	609.377	72	357.941	690.296	93	90.380	171.166	89	
Outros Prov. e Ganhos Operacionais	350.681	356.681	2	354.188	362.533	2	357.730	384.827	8	90.327	91.812	2	
Var. da Produção	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Impostos e Taxas	1.177.524	894.914	-24	1.201.082	1.320.675	10	1.225.113	1.277.025	4	312.406	89.900	-71	
Transferências e Sub. Obtidos	6.323.321	6.484.530	3	6.386.554	6.199.439	-3	6.450.420	6.358.188	-1	1.755.736	1.455.343	-17	
Trabalhos Própria Entidade	992.830	0	-100	1.002.758	0	-100	1.012.786	0	-100	255.728	0	-100	
Prov. ganhos fin. explo.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
dif. cambio desfav.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
descon. pp obtidos	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
TOTAL PROVEITOS	9.701.279	8.732.125	-10	9.817.742	8.854.604	-10	9.935.799	9.056.067	-9	2.640.874	1.854.890	-30	
C.M.V	329.101	303.442	-8	332.392	279.866	-16	335.716	331.261	-1	84.768	0	-100	
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Produtos	329.101	303.442	-8	332.392	279.866	-16	335.716	331.261	-1	84.768	0	-100	
Fom. Serv. Ext	2.435.825	2.884.729	18	2.460.183	2.521.393	2	2.484.785	2.536.956	2	627.408	586.158	-7	
Subcontratos	433.421	466.583	8	437.756	447.253	2	442.133	460.394	4	111.639	113.865	2	
Trabalhos Especializados	9.019	164.174	1.720	9.109	218.132	2.295	9.200	269.324	2.827	2.323	32.094	1.282	
Electricidade/Combustíveis	514.926	859.498	67	520.075	747.613	44	525.276	736.621	40	132.632	196.141	48	
Conservação e Reparação	6.404	17.842	179	6.468	1.977	-69	6.533	8.836	35	1.650	30	-98	
O.F.S.E	1.472.054	1.376.631	-6	1.486.775	1.106.419	-26	1.501.643	1.061.781	-29	379.165	244.028	-36	
Custos c/pessoal	3.009.411	2.866.677	-5	3.039.506	2.864.444	-6	3.051.067	3.237.405	6	770.394	646.621	-16	
Amortizações	963.972	1.110.655	15	1.121.630	1.093.289	-3	1.249.270	1.106.645	-11	336.354	336.354	0	a)
Provisões	0	246.931	-	0	6.011	-	0	94.787	-	0	0	-	
Transf. e subs. correntes concedidos	608.020	845.329	39	614.100	669.712	9	620.241	1.042.375	68	156.611	150.095	-4	
O.custos exploração	66.660	171.035	157	67.327	112.536	67	68.000	145.546	114	17.170	32.936	92	
Cus. perdas fina. explora	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
difere. cambio desfav.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
desc. pp concedidos	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	7.412.989	8.428.798	14	7.635.138	7.547.251	-1	7.809.079	8.494.975	9	1.992.705	1.752.163	-12	
RESULTADOS EXPLORA.	2.288.290	303.326	-87	2.182.604	1.307.353	-40	2.126.720	561.091	-74	648.169	102.727	-84	
Prov. e ganhos extraor.	501.825	304.560	-39	584.641	551.778	-6	642.541	57.753	-91	169.385	69.985	-59	
Cust. e perdas extraord.	447.450	603.616	35	451.925	507.924	12	456.444	145.889	-68	115.252	86.217	-25	
R. ANTES FUN. FINANC.	2.342.665	4.270	-100	2.315.321	1.351.207	-42	2.312.818	472.955	-80	702.302	86.494	-88	
Prov. e ganhos finance.	12.040	5.391	-55	12.160	2.687	-78	12.282	8.827	-28	3.101	522	-83	
Cust. e perda financ.	565.626	445.549	-21	535.335	307.158	-43	507.467	346.437	-32	117.866	68.780	-42	
juros suportados	555.324	433.110	-22	524.930	300.000	-43	496.958	330.065	-34	115.212	65.247	-43	
outros	10.302	12.439	21	10.405	7.158	-31	10.509	16.372	56	2.654	3.533	33	
RESULTADOS LIQUIDOS	1.789.079	-435.887	-124	1.792.146	1.046.736	-42	1.817.633	135.345	-93	587.538	18.237	-97	

Notas:

a) Assumimos, para efeitos comparativos, a previsão efectuada no PSF.

2.2.1 PROVEITOS

No que diz respeito à “**Venda de Produtos**” (água) está abaixo da previsão do PSF na medida em que, em 2012, o tarifário foi completamente alterado e alguns destes proveitos passaram a ser considerados na rubrica prestação de serviços e também em função dos efeitos da sazonalidade e periodicidade do respectivo proveito.

Na “**Prestação de Serviços**” verificou-se um incremento de 89% face à previsão do PSF devido, nomeadamente, ao seguinte:

- entrada em vigor no início do ano de 2012 do regime tarifário da prestação do serviço de abastecimento de água, do serviço de saneamento de águas residuais urbanas e do serviço de recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos;
- recebimento de indemnizações de seguradoras decorrentes de sinistros ocorridos.

A rubrica de “**Outros Proveitos e Ganhos Operacionais**”, relativa a rendas de concessão da EDP, está ligeiramente acima (2%) da previsão do PSF.

Em relação aos proveitos merece destaque a rubrica “**Impostos e taxas**” onde se verificou uma quebra acentuada de 71% face ao previsto no PSF, tendência a confirmar em relatórios posteriores em virtude da sazonalidade no recebimento dos impostos.

Relativamente às “**Transferências e subsídios obtidos**” constata-se uma quebra de 17% face às previsões do PSF, decorrente da redução das transferências do Estado (Orçamento do Estado para 2014). O PSF assumia o pressuposto da redução das transferências orçamentais, de 2010 a 2013, resultantes da aplicação do PEC e a sua normalização e recuperação a partir de 2014 (*inclusivé*) o que não se veio a verificar, pelo contrário foi aplicada uma nova redução.

Em relação aos “**Trabalhos para a própria entidade**”, até ao fim de Março de 2014, ainda não foi contabilizado qualquer valor relativo a obras por administração directa efectuadas pelo Município devido à contabilidade analítica ainda não estar implementada em pleno devido à falta de recursos humanos com competências específicas para a tarefa.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor abaixo do previsto em cerca de 59% devido, fundamentalmente, ao facto de ainda não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 677.541 euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos são transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito, apenas, no final do ano de 2014.

Os “**Proveitos e Ganhos Financeiros**”, rubrica com um peso reduzido na estrutura de proveitos do Município, registaram uma diminuição de 83% face à previsão no PSF.

2.2.2 CUSTOS

Em relação ao “**Custo dos Produtos**” não foi registado qualquer valor conforme previsto no PSF.

Na conta de “**Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**” podemos verificar um valor abaixo da projecção (7%), evolução a confirmar em relatórios posteriores.

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” podemos verificar que estão 16% abaixo da estimativa do PSF (evolução a confirmar em relatórios posteriores), apesar do maior valor suportado com encargos sobre remunerações (introduzido pelo Orçamento do Estado para 2013 que se mantém em 2014) e da alteração de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores em exercício de funções, no seguimento de sentença judicial extensiva a todos os trabalhadores em idêntica situação. Relativamente ao número de colaboradores constatou-se uma redução de 2 do fim de 2013 até 31 de Março de 2014.

A rubrica “**transferências e subsídios correntes**” está ligeiramente abaixo (4%) do estimado para o período, evolução no mesmo sentido da verificada nos “**custos extraordinários**” que são 25% inferiores à previsão e correspondem quase na totalidade a transferências de capital concedidas.

Os “**Outros custos de exploração**”, com um pequeno peso na estrutura de custos (dizem respeito a quotizações) do Município, registam um valor acima do previsto em 92% (15.766 Euros).

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se uma diminuição de 42% face ao previsto, em virtude da quebra significativa das taxas Euribor face ao momento da elaboração do PSF, bem como pelo facto de não se ter utilizado a totalidade do empréstimo de saneamento financeiro.

2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, assistimos a um agravamento **dos resultados operacionais** porque a quebra acentuada nos proveitos (particularmente nas transferências e subsídios obtidos, nos impostos e taxas e pelo facto de não se ter registado o proveito correspondente aos trabalhos para a própria entidade) foi superior à redução dos custos (em especial com fornecimentos e serviços externos, com o pessoal e dos produtos).

Os **resultados líquidos** ressentiram-se dos resultados operacionais conforme foi referido e dos resultados extraordinários (impacto da não contabilização da imputação dos proveitos diferidos), apesar do bom desempenho dos resultados financeiros (redução dos custos).

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 3/2014 (anualizado)	Real 3/2014	% Desvio
Recebimentos			
Saldo da gerência anterior	1.828.954	2.185.138	19
Total receitas Orçamentais	2.578.564	2.171.600	-16
Receitas Correntes	1.783.603	2.023.502	13
Receitas de Capital	794.961	148.098	-81
Receitas Outras	0	0	-
Operações de Tesouraria		146.742	-
Total Geral	4.407.517	4.503.479	
Pagamentos			
Total despesas Orçamentais	2.522.980	1.862.505	-26
Despesa corrente	1.645.932	1.695.910	3
Despesa de Capital	877.048	166.595	-81
Operações de Tesouraria		153.834	-
Saldo para a gerência seguinte	1.884.537	2.487.140	32
Execução orçamental		2.210.453	
Operações de tesouraria		276.687	
Total Geral	4.407.517	4.503.479	

O valor das receitas correntes está acima do estimado em virtude, nomeadamente, do aumento das transferências correntes (decorrente, em especial, do incremento do FEF corrente em detrimento do FEF capital conforme orçamento do Estado para 2014).

As receitas de capital são inferiores às previstas no PSF devido à redução das verbas provenientes de fundos comunitários e, também, da quebra do FEF capital (Orçamento do Estado para 2014).

A despesa corrente está ligeiramente acima da previsão devido ao aumento dos pagamentos relacionados com a aquisição de bens e serviços e com transferências correntes.

No que diz respeito à despesa de capital é inferior à estimativa do PSF devido, principalmente, à quebra nos pagamentos relativos à aquisição de bens de investimento, à diminuição das transferências efectuadas e às prestações contratuais vincendas dos empréstimos de médio e longo prazo que, oportunamente, serão pagas até ao final de 2014.

2.4 INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos os Mapa 4 e 5 com um conjunto de indicadores económico-financeiros e de endividamento.

Mapa 4
Indicadores Económicos Financeiros

		2011 PSF	2011 Real	2012 PSF	2012 Real	2013 PSF	2013 Real	2014 PSF	3/2014 Real
FUNDO DE MANEIO	€	1.703.849	135.407	1.562.815	1.193.499	1.730.243	2.057.595	1.948.553	1.967.358
LIQUIDEZ GERAL	%	4	1	4	2	4	4	4	3
SOLVABILIDADE	%	17	45	23	57	31	62	42	63
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	14	31	19	36	24	38	30	39
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	103	96	102	99	103	101	104	102
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	-	170	-	97	-	62	-	-
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	77	30	28	30	15	30	29
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	36	58	36	43	36	51	36	54
CASH FLOW	€	2.753.051	921.699	2.913.776	2.146.036	3.066.903	1.336.777	923.891	354.591

Nota:

a) O cash-flow apresentado na coluna "2014 PSF" é o valor anualizado a 31/3/2014.

Da análise do mapa anterior, na sequência do que já foi referido, podemos retirar as seguintes conclusões:

- Fundo de maneo positivo, em linha com a previsão;
- Imobilizado adequadamente financiado por capitais permanentes;
- Prazo médio de pagamentos ligeiramente abaixo do estimado;
- Prazo médio de recebimentos superior ao previsto;
- Cash-Flow inferior à previsão do PSF no período.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes.

Mapa 5
Endividamento Municipal

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
		1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
2011	Saneamento 31/12/2011	8.175.457	6.540.365	13.142.745	14.066.686	817.219	-4.967.289	-7.526.320
	Real 31/12/2011	7.437.032	5.949.626	11.149.171	12.156.883	816.775	-3.712.139	-6.207.257
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE 2011) a)	11.714.329	9.379.679	11.149.171	12.156.883	816.775	565.157	-2.777.204
2012	Saneamento 31/12/2012	8.257.211	6.605.769	12.532.498	13.331.523	696.896	-4.275.287	-6.725.754
	Real 31/12/2012	7.209.167	5.767.333	8.796.242	11.163.707	695.511	-1.587.075	-5.396.374
	Real 31/12/2012 (art.º 66.º OE 2012) b)	11.149.171	9.101.959	8.796.242	11.163.707	695.511	2.352.929	-2.061.748
2013	Saneamento 31/12/2013	8.339.783	6.671.827	11.713.689	12.696.187	587.870	-3.373.906	-6.024.360
	Real 31/12/2013 (art.º 98.º OE 2013) c)	7.719.990	6.175.992	7.982.415	11.603.824	582.667	-262.425	-5.427.832
2014	Saneamento 31/12/2014	9.013.726	7.210.981	10.130.907	11.341.233	477.299	-1.117.181	-4.130.252
	Real 31/3/2014 (Lei n.º 2/2007) d)	7.489.681	5.991.745	8.190.866	11.603.824	582.667	-701.184	-5.612.079

Nota:

- a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011.
b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.
c) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 98.º do Orçamento Estado de 2013. Limite endividamento líquido corresponde ao menor dos seguintes valores: limite de 2012; limite previsto na LFL. Limite endividamento MLP é calculado nos termos da LFL.
d) Dados provisórios uma vez que não se encontra disponível a ficha do Município da DGAL.

O valor do endividamento líquido teve um aumento de 208.451 Euros de 31/12/2013 para 31/3/2014 (devido à contribuição do SM, AM e SEL), e está abaixo do valor previsto no PSF, no montante de 1.940.042 Euros. Tal facto deve-se às medidas tomadas pelo Executivo no sentido do cumprimento do PSF.

Verificou-se até ao final de Março de 2014, face ao verificado em 2013, uma evolução negativa de 438.759 Euros no excesso de endividamento líquido (a diminuição do respectivo limite em 230.309 Euros, também contribuiu para o comportamento negativo descrito).

Acredita-se que o excesso de endividamento líquido, em Março de 2014, é inferior ao previsto no PSF em 415.997 Euros, apesar do impacto da redução anual acumulada das transferências do Estado e das receitas próprias, no valor aproximado de 619.793 Euros em 2011, 2012 e 2013 (vide limite de endividamento líquido).

No que diz respeito ao valor do endividamento de médio e longo prazo, manteve-se de 2013 para Março de 2014, tendo o aumento do seu excesso (no valor de 184.247 Euros) ocorrido devido à alteração do respectivo limite.

Por outro lado, o excesso de endividamento de MLP é maior do que o estimado no PSF (apesar da não utilização de 1.000.000 Euros do empréstimo de saneamento financeiro previsto) devido, fundamentalmente, ao seguinte:

- redução do limite em 1.219.236 Euros face ao PSF;
- valor das prestações contratuais vincendas que serão pagas oportunamente até ao final de 2014 (previsão do PSF é para o fim de 2014 e não Março).

3 CONCLUSÃO

O Município de Castelo de Paiva, no fim de Março de 2014, na sequência das medidas tomadas pelo actual executivo, necessárias e fundamentais ao equilíbrio e legalidade das suas finanças, apresenta já indicadores económico-financeiros (mapa 4) e de endividamento municipal (mapa 5) favoráveis **para o cumprimento dos objectivos definidos no Plano de Saneamento Financeiro, de acordo com as disposições transitórias do n.º 86 da nova Lei das Finanças Locais, e não se encontra obrigado a aderir, em princípio, ao procedimento de recuperação financeira (Lei 73/2013) porque apresentava, no final de 2013, um indicador (2,40) inferior a 3 (rácio da dívida total pela média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores).**

Acresce que, apesar da redução das transferências do Estado (que estão já ao nível nominal de 2004), o Município está a libertar fundos (*cash flow* inferior ao previsto no PSF) que lhe permitem, ainda, reembolsar pontualmente os empréstimos de MLP e realizar investimentos comparticipados.

Como sabemos, o Estado não protege nem cuida dos Municípios que se comprometeram em cumprir um Plano de Saneamento Financeiro, de acordo com a Lei das Finanças Locais (n.º 2/2007 e Decreto-Lei n.º 38/2008), **nos termos, na intensidade e no período previsto (12 anos) para recuperação do equilíbrio financeiro do Município.** Pelo contrário, para além de dificultar o cumprimento do PSF (cortes nas transferências), o Estado veio com as novas exigências legislativas no OE/2012 (art.º 65.º, n.º 5), OE/2013 (art.º 96.º, n.º 1) e OE/2014 (art.º 94.º, n.º 1) de redução anual do endividamento, difíceis de cumprir, e aplicáveis a todos os Municípios, independentemente do nível da sua dimensão (capacidade de obtenção de receitas próprias), do seu estado de desenvolvimento, ou ainda do seu desequilíbrio financeiro.

Por outro lado, a **Lei dos Compromissos e de Pagamentos em Atraso (LCPA)** que exige, nomeadamente, a existência de fundos disponíveis (90 dias), para realizar novas despesas, veio trazer, também, dificuldades financeiras acrescidas para todos os Municípios.

Finalmente, constata-se que com **o nível actual de transferências do Estado (com mais uma redução para 2014), o Município de Castelo de Paiva terá de continuar com as medidas de racionalização da despesa previstas no PSF, que incluem um controle rigoroso dos investimentos** (mesmo que previstos e comparticipados) porque está obrigado

a continuar a reduzir legal (10%) e progressivamente, o seu excesso de endividamento líquido (já baixo) e de médio e longo prazo.